



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA



ANO XXXII Nº 110 SÃO LUÍS, QUINTA-FEIRA, 07 DE OUTUBRO DE 2004. EDIÇÃO DE HOJE: 20 PÁGINAS
73.ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15.ª LEGISLATURA

SUMÁRIO

RELAÇÃO DE ORADORES	04	REQUERIMENTOS	05
ORDEM DO DIA	04	SUBEMENDA À EMENDA	05
PAUTA	04	INDICAÇÕES	06
ATA	04	PARECER	18
MENSAGEM	05	OFÍCIOS	18

MESA DIRETORA

Deputado Carlos Alberto Milhomem (PFL)
Presidente

1.ª Vice-Presidente Deputada Telma Pinheiro (PFL)
2.ª Vice-Presidente Deputado César Pires (PFL)
3.ª Vice-Presidente Deputado Reginaldo Nunes (PL)
4.ª Vice-Presidente Deputado Francisco Gomes (PFL)

1.º Secretário Deputado Joaquim Haickel (PSB)
2.º Secretário Deputado Max Barros (PFL)
3.º Secretário Deputado Geovane Castro (PFL)
4.º Secretário Deputado Hélio Soares (PP)

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO - BPD

1. Deputado Antonio Bacelar (PFL)
2. Deputado Arnaldo Melo - licenc.
3. Deputado Camilo Figueiredo - licenc.
4. Deputado Carlos Alberto Milhomem (PFL)
5. Deputado César Pires (PFL)
6. Deputado Francisco Gomes (PFL)
7. Deputado Geovane Castro (PFL)
8. Deputado João Evangelista (PFL)
9. Deputado Joaquim Haickel (PSB)
10. Deputado Manoel Ceará (PL)

11. Deputada Maura Jorge (PFL)
12. Deputado Max Barros (PFL)
13. Deputado Pedro Veloso (PSDC)
14. Deputado Reginaldo Nunes (PL)
15. Deputado Pavão Filho (PRONA)
16. Deputado Rigo Teles (PFL)
17. Deputado Rubens Pereira (PFL)
18. Deputada Telma Pinheiro (PFL)
19. Deputada Teresa Murad (PSB)
20. Deputado Wilson Carvalho (PFL)

Líder

Deputado Rubens Pereira (PFL)

Vice-Líderes

Deputado Antonio Bacelar (PFL)
Deputado Rigo Teles (PFL)
Deputada Maura Jorge (PFL)

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP

1. Deputado Aderson Lago (PSDB)
2. Deputado Alberto Franco (PSDB)
3. Deputado Antonio Pereira (PPS)
4. Deputado Carlos Braide (PMDB)
5. Deputado Carlos Filho (PV)
6. Deputada Cristina Archer (PSDB)
7. Deputado Deusdedith Sampaio (PMDB)
8. Deputado Elígio Almeida (PP)

9. Deputado Hélio Soares (PP)
10. Deputado Humberto Coutinho (PTB)
11. Deputada Janice Braide (PTB)
12. Deputado José Lima (PV)
13. Deputado Manoel Ribeiro (PTB)
14. Deputado Paulo Neto (PSC)
15. Deputada Socorro Waquim (PMDB)
16. Deputado Soliney Silva (PP)
17. Deputado Stênio Resende (PMDB)

Líder

Deputado Soliney Silva (PP)

Vice-Líderes

Deputado Stênio Resende (PMDB)
Deputada Cristina Archer (PSDB)
Deputada Socorro Waquim (PMDB)

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO

1. Deputado Domingos Dutra (PT)
2. Deputada Graça Paz (PDT)
3. Deputada Helena Barros Heluy (PT)
4. Deputado Julião Amin (PDT)

5. Deputado Luiz Pedro (PDT)
6. Deputado Mauro Bezerra (PDT)
7. Deputado Rubem Brito (PDT)

Líder

Deputado Luiz Pedro (PDT)

Vice-Líder

Deputado Domingos Dutra (PT)

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder

Deputado João Evangelista (PFL)

Vice-Líderes

Deputado Carlos Braide (PMDB)
Deputado Soliney Silva (PP)
Deputado Pavão Filho (PRONA)

COMISSÕES PERMANENTES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

I - Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Teresa Murad (BPD) - PRESIDENTE	Alberto Franco (BPP)
Stênio Resende (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Antonio Pereira (BPP)
Pavão Filho (BPD)	José Lima (BPP)
Carlos Braide (BPP)	Rubens Pereira (BPD)
Mauro Bezerra (BPO)	Helena Barros Heluy (BPO)

II - Comissão de Orçamento, Finanças e Fiscalização.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Rigo Teles (BPD) - PRESIDENTE	Antonio Pereira (BPP)
Paulo Neto (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Socorro Waquim (BPP)
Soliney Silva (BPP)	Maura Jorge (BPD)
Rubens Pereira (BPD)	Antônio Bacelar (BPD)
Rubem Brito (BPO)	Mauro Bezerra (BPO)

III - Comissão de Agricultura, Política Agrária e Produção.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Paulo Neto (BPP) - PRESIDENTE	Humberto Coutinho (BPP)
Janice Braide (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Camilo Figueiredo (BPD)
Rigo Teles (BPD)	Socorro Waquim (BPP)
Manoel Ceará (BPP)	Pavão Filho (BPD)
Rubem Brito (BPO)	Domingos Dutra (BPO)

IV - Comissão de Educação, Ciências, Tecnologia, Cultura e Desporto.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Alberto Franco (BPP) - PRESIDENTE	Teresa Murad (BPD)
Socorro Waquim (BPP) VICE-PRESIDENTE	Carlos Braide (BPP)
Pavão Filho (BPD)	Rubens Pereira (BPD)
Cristina Archer (BPP)	José Lima (BPP)
Luis Pedro (BPO)	Julião Amin (BPO)

V - Comissão de Relações do Trabalho e Administração Pública.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Luis Pedro (BPO) - PRESIDENTE	Carlos Braide (BPP)
Elígio Almeida (BPP) VICE-PRESIDENTE	João Evangelista (BPD)
Teresa Murad (BPD)	Maura Jorge (BPD)
Manoel Ceará (BPP)	Paulo Neto (BPP)
Carlos Filho (BPP)	Fortunato Macedo (BPO)

VI - Comissão de Saúde, Seguridade e Ação Social.

<u>Titulares</u>	<u>Suplentes</u>
Humberto Coutinho (BPP) - PRESIDENTE	Camilo Figueiredo (BPD)
Antônio Pereira (BPP) - VICE-PRESIDENTE	Manoel Ceará (BPD)
Elígio Almeida (BPP)	Stênio Resende (BPP)
João Evangelista (BPD)	Cristina Archer (BPP)
Wilson Carvalho (BPD)	Fortunato Macedo (BPO)

VII - Comissão de Assuntos Municipais e Desenvolvimento Regional.**Titulares**

Cristina Archer (BPP) - PRESIDENTE
 Maura Jorge (BPD) - VICE-PRESIDENTE
 Rigo Teles (BPD)
 Antonio Bacelar (BPD)
 Julião Amin (BPO)

Suplentes

Rubens Pereira (BPD)
 Deusdedith Sampaio (BPP)
 Paulo Neto (BPP)
 Antonio Pereira (BPP)
 Luís Pedro (BPO)

VIII - Comissão de Defesa do Consumidor.**Titulares**

Maura Jorge (BPD) - PRESIDENTE
 Fortunato Macedo (BPO)
 Deusdedith Sampaio (BPP)
 Carlos Braide (BPP)
 Teresa Murad (BPD)

Suplentes

Carlos Braide (BPP)
 Humberto Coutinho (BPP)
 João Evangelista (BPD)
 Antônio Bacelar (BPD)
 Helena Barros Heluy (BPO)

IX - Comissão de Defesa dos Direitos Humanos.**Titulares**

Antônio Pereira (BPP) - PRESIDENTE
 Helena Barros Heluy (BPO) - VICE-PRESIDENTE
 Paulo Neto (BPP)
 Wilson Carvalho (BPD)
 Antônio Bacelar (BPD)

Suplentes

Janice Braide (BPD)
 Rigo Teles (BPD)
 Elígio Almeida (BPP)
 Deusdedith Sampaio (BPP)
 Maura Jorge (BPD)

X - Comissão de Obras, Serviços Públicos e Habitação.**Titulares**

Pavão Filho (BPP) - PRESIDENTE
 Maura Jorge (BPD) - VICE-PRESIDENTE
 Socorro Waquim (BPP)
 Carlos Filho (BPD)
 Domingos Dutra (BPO)

Suplentes

Cristina Archer (BPP)
 Alberto Franco (BPP)
 Rigo Teles (BPP)
 Wilson Carvalho (BPD)
 Rubem Brito (BPO)

XI - Comissão de Meio Ambiente, Minas, Energia e Turismo.**Titulares**

Deusdedith Sampaio (BPP) - PRESIDENTE
 José Lima (BPP) - VICE-PRESIDENTE
 Janice Braide (BPD)
 Carlos Filho (BPP)
 Domingos Dutra (BPO)

Suplentes

Cristina Archer (BPP)
 Paulo Neto (BPD)
 Pavão Filho (BPD)
 Teresa Murad (BPD)
 Luís Pedro (BPO)

XII - Comissão de Ética.**Titulares**

Stênio Resende (BPP) - PRESIDENTE
 Soliney Silva (BPP) - VICE-PRESIDENTE
 Wilson Carvalho (BPD)
 João Evangelista (BPD)
 Julião Amin (BPO)

Suplentes

Rubens Pereira (BPD)
 Rigo Teles (BPD)
 Alberto Franco (BPP)
 Paulo Neto (BPP)
 Helena Barros Heluy (BPO)

XIII - Comissão de Economia, Indústria e Comércio.**Titulares**

Antônio Pereira (BPP) - PRESIDENTE
 Soliney Silva (BPP) - VICE-PRESIDENTE
 João Evangelista (BPD)
 Camilo Figueiredo (BPD)
 Mauro Bezerra (BPO)

Suplentes

Carlos Filho (BPD)
 Manoel Ceará (BPP)
 Pavão Filho (BPD)
 Teresa Murad (BPD)
 Fortunato Macedo (BPO)

XIV - Comissão de Legislação Participativa.**Titulares**

Rubens Pereira (BPD) - PRESIDENTE
 Luís Pedro (BPO) - VICE-PRESIDENTE
 Camilo Figueiredo (BPD)
 Deusdedith Sampaio (BPP)
 Janice Braide (BPP)

Suplentes

Elígio Almeida (BPP)
 Stênio Resende (BPP)
 João Evangelista (BPD)
 Wilson Carvalho (BPD)
 Mauro Bezerra (BPO)

SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 07/10/2004 - 5ª FEIRA**GRANDE EXPEDIENTE**

1.º ORADOR (a) - 30 minutos

DEPUTADO

TEMPO DOS BLOCOS PARLAMENTARES

BLOCO PARLAMENTAR PROGRESSISTA - BPP - 24 MINUTOS

BLOCO PARLAMENTAR DEMOCRÁTICO - BPD - 26 MINUTOS

BLOCO PARLAMENTAR DE OPOSIÇÃO - BPO - 10 MINUTOS

ORDEM DO DIA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 07 DE OUTUBRO DE 2004.-5ª FEIRA**MEDIDAS PROVISÓRIAS EM VOTAÇÃO****ÚNICO TURNO - Regime de Urgência (art. 42, § 7º****Constituição Estadual)**

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 002/04, capeada pela Mensagem nº 065/04, que Modifica a redação do inciso II, do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 7.900, de 13 de junho de 2003. - Esgotado o prazo concedido à Comissão Especial designada para o emissão de parecer, na forma do art. 6º, § 1º da Resolução Legislativa nº 450/04, foi esta proposição encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que ofereceu parecer contrário. Relator: Deputado Mauro Bezerra.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 003/04, capeada pela Mensagem nº 065/04, que dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 6.915, de 11 de abril de 1997. Esgotado o prazo concedido à Comissão Especial designada para a emissão de parecer, na forma do art. 6º, § 1º da Resolução Legislativa nº 450/04, foi esta proposição encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que ofereceu parecer contrário. Relatora: Deputada Helena Barros Heluy.

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 004/04, capeada pela Mensagem nº 068-A/04, que Dispõe sobre a criação da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Maranhão -ARSEP. - Esgotado o prazo concedido à Comissão Especial designada para o emissão de parecer, na forma do art. 6º, § 1º da Resolução Legislativa nº 450/04, foi esta proposição encaminhada à Comissão de Constituição e Justiça, que ofereceu parecer favorável. Relator: Deputado Carlos Braide.

PAUTA DE PROPOSTAS PARA RECEBIMENTO DE EMENDAS:**DATA: 07/10/2004 – 5ª FEIRA:****URGÊNCIA 1ª SESSÃO:**

1. PROJETO DE LEI Nº 128/04, enviado pela Mensagem Governamental nº 072/04, que concede isenção de Imposto de Transmissão causa mortis e doação, e dá outras providências.

PRIORIDADE 3ª E ÚLTIMA SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 009/04, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, enviado através do

ofício nº 213/04, que extingue Promotorias de Justiça criadas pela Lei Complementar 71/2204, altera a redação do Capítulo IV, do Título II, da Lei Complementar nº 13, de 25 de outubro de 1991, e dá outras providências.

2. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 010/04, de autoria do Tribunal de Justiça, enviado pela mensagem nº 04/04, que altera a redação do art. 77 da lei Complementar nº 14, de 17 de dezembro de 1991, e dá outras providências.

ORDINÁRIA 3ª SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 126/04, de autoria do Senhor Deputado Mauro Bezerra, que dispõe sobre a reintegração de ex-servidores do Estado, exonerados, a pedido, na forma da Lei nº 6.662, de 04 de junho de 1996, que institui o Programa Especial de Capacitação para Gestão Empresarial e Educação Profissional de servidores públicos civil da administração direta autárquica e fundacional do Estado.

2. PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 012/04, de autoria do Senhor Deputado César Pires, concedendo o Título de Cidadão Maranhense ao Empresário Francisco Carlos de Oliveira, natural do Município de Sobral, Estado do Ceará.

ORDINÁRIA 4ª E ÚLTIMA SESSÃO:

1. PROJETO DE LEI Nº 125/04, de autoria do Senhor Deputado Mauro Bezerra, que assegura aos alunos da etnias negras e indígena, bem como aos seus descendentes que concluírem o curso médio, 30% (trinta por cento) das vagas oferecidas pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.

SECRETARIA GERAL DA MESA DIRETORA DO PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO, em 06 de outubro de 2004.

VISTO:

Carlos Augusto Ferreira Verde
Ag. Leg. Adm. Ref. 22

Ata da Septuagésima Primeira Sessão Ordinária da Segunda Sessão Legislativa da Décima Quinta Legislatura da Assembléia Legislativa do Estado do Maranhão, realizada em seis de outubro do ano dois mil e quatro.

Presidente deputado Carlos Alberto Milhomem.
Primeiro secretário deputado Francisco Gomes.
Segundo secretário deputado Reginaldo Nunes.

Às nove horas e trinta minutos, presentes os deputados Aderson Lago, Alberto Franco, Antônio Carlos Bacelar, Carlos Alberto Milhomem, Carlos Braide, Carlos Filho, César Pires, Domingos Dutra, Francisco Gomes, Geovane Castro, Graça Paz, Helena Barros Heluy, Hélio Soares, João Evangelista, Joaquim Nagib Haickel, José Lima, Julião Amin, Luiz Pedro, Manoel Ceará, Mauro Bezerra, Max Barros, Paulo Neto, Pedro Veloso, Reginaldo Nunes, Rubem Brito, Rubens Pereira, Socorro Waquim, Soliney Silva, Stênio Rezende e Telma Pinheiro.

Ausentes: Antônio Pereira, Cristina Archer, Deusdedith Sampaio, Elígio Almeida, Humberto Coutinho, Janice Braide, Manoel Ribeiro, Maura Jorge, Pavão Filho, Rigo Teles, Teresa Murad e Wilson Carvalho.

I - ABERTURA

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – em nome do povo e invocando a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos. Com a palavra o senhor segundo secretário para leitura do texto bíblico e ata da sessão anterior.

O SENHOR SEGUNDO SECRETÁRIO REGINALDO NUNES – (Lê texto bíblico e lê Ata). Ata lida Senhor Presidente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Ata lida e considerada aprovada. Solicito ao Senhor Primeiro Secretário para proceder a leitura do Expediente.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO FRANCISCO GOMES – (Lê Expediente).

II - EXPEDIENTE

MENSAGEM Nº 072 /2004

São Luís, 22 de setembro de 2004

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter à apreciação de Vossa Excelência e dos Senhores Deputados o incluso Projeto de Lei que dispõe sobre a concessão de isenção do Imposto de Transmissão causa mortis e doação, às concessões efetuadas pelo Estado do Maranhão, autorizadas pela Lei nº 7.935, de 14 de julho de 2003 em favor dos ocupantes do imóvel desmembrado das glebas “São Braz” e “Macaco”, localizadas no Município de São José de Ribamar, neste Estado, conhecido como “Cidade Olímpica”.

Justifica-se a presente proposição pelo interesse social de que se reveste a matéria, haja vista que as famílias beneficiadas com a isenção ora proposta são de baixa renda, não dispondo de condições financeiras para custear o pagamento do mencionado tributo.

Assim, confiante de que o presente pleito merecerá a melhor acolhida, solicito que lhe seja atribuída a prioridade prevista no art. 46 da Constituição Estadual.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência e aos demais Deputados dessa Casa Legislativa os mais elevados protestos de consideração e apreço.

Atenciosamente,

JOSÉ REINALDO CARNEIRO TAVARES
Governador do Estado

A Sua Excelência o Senhor
Deputado CARLOS ALBERTO MILHOMEM DE SOUSA
Presidente da Assembléia Legislativa do Estado
Palácio Manoel Bequimão
Local

PROJETO DE LEI Nº 128 / 04

Concede isenção de Imposto de Transmissão causa mortis e doação, e dá outras providências.

Art. 1º Ficam isentas do Imposto de Transmissão *causa mortis* e doação, as concessões efetuadas pelo Estado do

Maranhão, autorizadas pela Lei nº 7.935, de 14 de julho de 2003, em favor dos ocupantes do imóvel desmembrando das glebas “São Braz” e “Macaco”, localizadas no Município de São José de Ribamar, conhecido como “Cidade Olímpica”.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

REQUERIMENTO Nº 181 / 04

Senhor Presidente

Na forma regimental e em virtude de acordo das lideranças, requeremos a V. Exa., a inversão da pauta da ordem do dia da presente sessão, no sentido da votação da medida provisória nº 05/04 em primeiro lugar.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 06 de outubro de 2004. LÍDER DO BPD - LÍDER DO BPP - LÍDER DO BPO

DEFERIDO.
EM: 06.10.04

SUBEMENDA Á EMENDA Nº 001, apresentada à Medida Provisória nº 05/04

O § 2º do art. 1º da Medida Provisória nº 05/04, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º -

§ 2º - Do montante dos recursos financeiros transferidos na forma deste artigo, 20% (vinte por cento) serão destinados para garantir o cumprimento dos acordos previstos nas Leis nº 7.885, de 20 de maio de 2.003 e nº 7.900, de 13 de junho de 2003, referidas nas Medidas Provisórias nº 01/04, 02/04 e 03/04 e o restante somente poderá ser utilizado para despesas com segurança pública, defesa social e sistema penitenciário do Estado.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 06 de outubro de 2004. LÍDER DO BPP - LÍDER DO BPD - LÍDER DO BPO

REQUERIMENTO Nº 182 / 04

Senhor Presidente

Na forma regimental requero a V. Exa. que, após ouvido o Plenário, seja encaminhada mensagem ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, manifestando, em nome do povo maranhense, apoio irrestrito à indicação, em lista tríplice, do ilustre Juiz Federal Reynaldo Soares da Fonseca para o honroso cargo de Desembargador do Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

Como se sabe, o Tribunal, que tem sede em Brasília, constitui-se em uma das mais importantes Cortes Federais em atividade neste imenso país, possuindo jurisdição no Maranhão e em mais doze estados, além do Distrito Federal.

O Juiz Federal Reynaldo Soares da Fonseca tem sua trajetória mesclada à história da Justiça Federal Brasileira. Foi, ao longo de sua vida, e desde muito jovem, funcionário da Seção Judiciária do Maranhão e, desde seus primórdios, do próprio Tribunal que reconhece seu valor com a indicação. Foi Procurador do Estado do Maranhão. Foi Juiz de Direito Substituto do Tribunal de Justiça do Distrito Federal. Na Justiça

Federal, exerceu o cargo de Juiz Federal Substituto em nosso Estado e, desde 1999, de Juiz Federal na Seção Judiciária do Distrito Federal.

Sua indicação para compor o Tribunal significará não apenas o reconhecimento de seu valor como magistrado, mas também o reconhecimento do valor e da representatividade do Estado do Maranhão na composição daquela Corte Federal.

SALA DAS SESSÕES DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO MARANHÃO, 06 de outubro de 2004. MAX BARROS - Deputado Estadual - 2º Secretário.

**TRANSFERIDA A DISCUSSÃO E
VOTAÇÃO DA PRESENTE SES-
SÃO POR FALTA DE “QUORUM”
REGIMENTAL.**

EM: 06.10.04

INDICAÇÃO Nº 979 / 04

Senhor Presidente,

Na forma Regimental e após a manifestação da Mesa, requero a V.Ex.^a, seja encaminhado expediente ao **Exmo. Sr. JOSÉ SOARES JÚNIOR, Gerente de Operação e Manutenção da Telemar Norte Leste S/A** – Filial Maranhão, no sentido de ser instalado um **Telefone de Uso Público – TUP**, no P.A. **Murici** do Município de **COLINAS - MA**.

JUSTIFICATIVAS:

No **P.A. Murici** residem **45 famílias** que sofrem com a falta de um Telefone de Uso Público - TUP, pois, impossibilitados de se comunicarem com a sede do município, precisam, muitas vezes, se deslocar até lá para conseguir transporte de pessoas doentes e, até mesmo, para obter apoio do poder público em diversas ocasiões de urgência.

Esta situação de calamidade e de penúria pode ser solucionada ou, no mínimo, amenizada com a instalação do TUP no povoado.

Plenário Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão, em 06 de outubro de 2004. **JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA - DEP. DOMINGOS DUTRA (PT)**.

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO Nº 980 / 04

Senhor Presidente,

Na forma Regimental e após a manifestação da Mesa, requero a V.Ex.^a, seja encaminhado expediente ao **Exmo. Sr. JOSÉ SOARES JÚNIOR, Gerente de Operação e Manutenção da Telemar Norte Leste S/A** – Filial Maranhão, no sentido de ser instalado um **Telefone de Uso Público – TUP**, no P.A. **Panelas** do Município de **COLINAS - MA**.

JUSTIFICATIVAS:

No **P.A. Panelas** residem **20 famílias** que sofrem com a falta de um Telefone de Uso Público - TUP, pois, impossibilitados de se comunicarem com a sede do município, precisam, muitas vezes, se deslocar até lá para conseguir transporte de pessoas doentes e, até mesmo, para obter apoio do poder público em diversas ocasiões de urgência.

Esta situação de calamidade e de penúria pode ser solucionada ou, no mínimo, amenizada com a instalação do TUP no povoado.

Plenário Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão, em 06 de outubro de 2004. **JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA - DEP. DOMINGOS DUTRA (PT)**.

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO Nº 981 / 04

Senhor Presidente,

Na forma Regimental e após a manifestação da Mesa, requero a V.Ex.^a, seja encaminhado expediente ao **Exmo. Sr. JOSÉ SOARES JÚNIOR, Gerente de Operação e Manutenção da Telemar Norte Leste S/A** – Filial Maranhão, no sentido de ser instalado um **Telefone de Uso Público – TUP**, no P.A. **Lagoa Seca** do Município de **COLINAS - MA**.

JUSTIFICATIVAS:

No **P.A. Lagoa Seca** residem **25 famílias** que sofrem com a falta de um Telefone de Uso Público - TUP, pois, impossibilitados de se comunicarem com a sede do município, precisam, muitas vezes, se deslocar até lá para conseguir transporte de pessoas doentes e, até mesmo, para obter apoio do poder público em diversas ocasiões de urgência.

Esta situação de calamidade e de penúria pode ser solucionada ou, no mínimo, amenizada com a instalação do TUP no povoado.

Plenário Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão, em 06 de outubro de 2004. **JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA - DEP. DOMINGOS DUTRA (PT)**.

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO Nº 982 / 04

Senhor Presidente,

Na forma Regimental e após a manifestação da Mesa, requero a V.Ex.^a, seja encaminhado expediente ao **Exmo. Sr. JOSÉ SOARES JÚNIOR, Gerente de Operação e Manutenção da Telemar Norte Leste S/A** – Filial Maranhão, no sentido de ser instalado um **Telefone de Uso Público – TUP**, no Povoado **Pouco Tempo** do Município de **COLINAS - MA**.

JUSTIFICATIVAS:

No **Povoado Pouco Tempo** residem **50 famílias** que sofrem com a falta de um Telefone de Uso Público - TUP, pois, impossibilitados de se comunicarem com a sede do município, precisam, muitas vezes, se deslocar até lá para conseguir transporte de pessoas doentes e, até mesmo, para obter apoio do poder público em diversas ocasiões de urgência.

Esta situação de calamidade e de penúria pode ser solucionada ou, no mínimo, amenizada com a instalação do TUP no povoado.

Plenário Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão, em 06 de outubro de 2004. **JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA - DEP. DOMINGOS DUTRA (PT)**.

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO Nº 983 / 04

Senhor Presidente,

Na forma Regimental e após a manifestação da Mesa, requero a V.Ex.^a, seja encaminhado expediente ao **Exmo. Sr. JOSÉ SOARES JÚNIOR, Gerente de Operação e Manutenção da Telemar Norte Leste S/A – Filial Maranhão**, no sentido de ser instalado um **Telefone de Uso Público – TUP**, no **Povoado Memória** do Município de **COLINAS - MA**.

JUSTIFICATIVAS:

No **Povoado Memória** residem **54 famílias** que sofrem com a falta de um Telefone de Uso Público - TUP, pois, impossibilitados de se comunicarem com a sede do município, precisam, muitas vezes, se deslocar até lá para conseguir transporte de pessoas doentes e, até mesmo, para obter apoio do poder público em diversas ocasiões de urgência.

Esta situação de calamidade e de penúria pode ser solucionada ou, no mínimo, amenizada com a instalação do TUP no povoado.

Plenário Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão, em 06 de outubro de 2004. **JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA - DEP. DOMINGOS DUTRA (PT)**.

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO Nº 984 / 04

Senhor Presidente,

Na forma Regimental e após a manifestação da Mesa, requero a V.Ex.^a, seja encaminhado expediente ao **Exmo. Sr. JOSÉ SOARES JÚNIOR, Gerente de Operação e Manutenção da Telemar Norte Leste S/A – Filial Maranhão**, no sentido de ser instalado um **Telefone de Uso Público – TUP**, no **P.A. Coco das Porteiras** do Município de **COLINAS - MA**.

JUSTIFICATIVAS:

No **P.A. Coco das Porteiras** residem **50 famílias** que sofrem com a falta de um Telefone de Uso Público - TUP, pois, impossibilitados de se comunicarem com a sede do município, precisam, muitas vezes, se deslocar até lá para conseguir transporte de pessoas doentes e, até mesmo, para obter apoio do poder público em diversas ocasiões de urgência.

Esta situação de calamidade e de penúria pode ser solucionada ou, no mínimo, amenizada com a instalação do TUP no povoado.

Plenário Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão, em 06 de outubro de 2004. **JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA - DEP. DOMINGOS DUTRA (PT)**.

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO Nº 985 / 04

Senhor Presidente,

Na forma Regimental e após a manifestação da Mesa, requero a V.Ex.^a, seja encaminhado expediente ao **Exmo. Sr. JOSÉ SOARES JÚNIOR, Gerente de Operação e Manutenção da Telemar Norte Leste S/A – Filial Maranhão**, no sentido de ser instalado um **Telefone de Uso Público – TUP**, no **P.A. Pavió Varjão** do Município de **COLINAS - MA**.

JUSTIFICATIVAS:

No **P.A. Pavió Varjão** residem **100 famílias** que sofrem com a falta de um Telefone de Uso Público - TUP, pois, impossibilitados de se comunicarem com a sede do município, precisam, muitas vezes, se deslocar até lá para conseguir transporte de pessoas doentes e, até mesmo, para obter apoio do poder público em diversas ocasiões de urgência.

Esta situação de calamidade e de penúria pode ser solucionada ou, no mínimo, amenizada com a instalação do TUP no povoado.

Plenário Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão, em 06 de outubro de 2004. **JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA - DEP. DOMINGOS DUTRA (PT)**.

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO Nº 986 / 04

Senhor Presidente,

Na forma Regimental e após a manifestação da Mesa, requero a V.Ex.^a, seja encaminhado expediente ao **Exmo. Sr. JOSÉ SOARES JÚNIOR, Gerente de Operação e Manutenção da Telemar Norte Leste S/A – Filial Maranhão**, no sentido de ser instalado um **Telefone de Uso Público – TUP**, no **Povoado Laranjal** do Município de **COLINAS - MA**.

JUSTIFICATIVAS:

No **Povoado Laranjal** residem **50 famílias** que sofrem com a falta de um Telefone de Uso Público - TUP, pois, impossibilitados de se comunicarem com a sede do município, precisam, muitas vezes, se deslocar até lá para conseguir transporte de pessoas doentes e, até mesmo, para obter apoio do poder público em diversas ocasiões de urgência.

Esta situação de calamidade e de penúria pode ser solucionada ou, no mínimo, amenizada com a instalação do TUP no povoado.

Plenário Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão, em 06 de outubro de 2004. **JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA - DEP. DOMINGOS DUTRA (PT)**.

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO Nº 987 / 04

Senhor Presidente,

Na forma Regimental e após a manifestação da Mesa, requero a V.Ex.^a, seja encaminhado expediente ao **Exmo. Sr. JOSÉ SOARES JÚNIOR, Gerente de Operação e Manutenção da Telemar Norte Leste S/A – Filial Maranhão**, no sentido de ser instalado um **Telefone de Uso Público – TUP**, no **P.A. Serra Negra** do Município de **COLINAS - MA**.

JUSTIFICATIVAS:

No **P.A. Serra Negra** residem **44 famílias** que sofrem com a falta de um Telefone de Uso Público - TUP, pois, impossibilitados de se comunicarem com a sede do município, precisam, muitas vezes, se deslocar até lá para conseguir transporte de pessoas doentes e, até mesmo, para obter apoio do poder público em diversas ocasiões de urgência.

Esta situação de calamidade e de penúria pode ser solucionada ou, no mínimo, amenizada com a instalação do TUP no povoado.

Plenário Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão, em 06 de outubro de 2004. **JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA - DEP. DOMINGOS DUTRA (PT).**

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO Nº 988 / 04

Senhor Presidente,

Na forma Regimental e após a manifestação da Mesa, requero a V.Ex.^a, seja encaminhado expediente ao **Exmo. Sr. JOSÉ SOARES JÚNIOR, Gerente de Operação e Manutenção da Telemar Norte Leste S/A – Filial Maranhão**, no sentido de ser instalado um **Telefone de Uso Público – TUP**, no **P.A. Coco Grande** do Município de **COLINAS - MA**.

JUSTIFICATIVAS:

No **P.A. Coco Grande** residem **30 famílias** que sofrem com a falta de um Telefone de Uso Público - TUP, pois, impossibilitados de se comunicarem com a sede do município, precisam, muitas vezes, se deslocar até lá para conseguir transporte de pessoas doentes e, até mesmo, para obter apoio do poder público em diversas ocasiões de urgência.

Esta situação de calamidade e de penúria pode ser solucionada ou, no mínimo, amenizada com a instalação do TUP no povoado.

Plenário Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão, em 06 de outubro de 2004. **JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA - DEP. DOMINGOS DUTRA (PT).**

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO Nº 989 / 04

Senhor Presidente,

Na forma Regimental e após a manifestação da Mesa, requero a V.Ex.^a, seja encaminhado expediente ao **Exmo. Sr. JOSÉ SOARES JÚNIOR, Gerente de Operação e Manutenção da Telemar Norte Leste S/A – Filial Maranhão**, no sentido de ser instalado um **Telefone de Uso Público – TUP**, no **P.A. Belmonte** do Município de **COLINAS - MA**.

JUSTIFICATIVAS:

No **P.A. Belmonte** residem **55 famílias** que sofrem com a falta de um Telefone de Uso Público - TUP, pois, impossibilitados de se comunicarem com a sede do município, precisam, muitas vezes, se deslocar até lá para conseguir transporte de pessoas

doentes e, até mesmo, para obter apoio do poder público em diversas ocasiões de urgência.

Esta situação de calamidade e de penúria pode ser solucionada ou, no mínimo, amenizada com a instalação do TUP no povoado.

Plenário Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão, em 06 de outubro de 2004. **JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA - DEP. DOMINGOS DUTRA (PT).**

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO Nº 990 / 04

Senhor Presidente,

Na forma Regimental e após a manifestação da Mesa, requero a V.Ex.^a, seja encaminhado expediente ao **Exmo. Sr. JOSÉ SOARES JÚNIOR, Gerente de Operação e Manutenção da Telemar Norte Leste S/A – Filial Maranhão**, no sentido de ser instalado um **Telefone de Uso Público – TUP**, no **P.A. Ladeira Vermelha** do Município de **COLINAS - MA**.

JUSTIFICATIVAS:

No **P.A. Ladeira Vermelha** residem **90 famílias** que sofrem com a falta de um Telefone de Uso Público - TUP, pois, impossibilitados de se comunicarem com a sede do município, precisam, muitas vezes, se deslocar até lá para conseguir transporte de pessoas doentes e, até mesmo, para obter apoio do poder público em diversas ocasiões de urgência.

Esta situação de calamidade e de penúria pode ser solucionada ou, no mínimo, amenizada com a instalação do TUP no povoado.

Plenário Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão, em 06 de outubro de 2004. **JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA - DEP. DOMINGOS DUTRA (PT).**

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO Nº 991 / 04

Senhor Presidente,

Na forma Regimental e após a manifestação da Mesa, requero a V.Ex.^a, seja encaminhado expediente ao **Exmo. Sr. JOSÉ SOARES JÚNIOR, Gerente de Operação e Manutenção da Telemar Norte Leste S/A – Filial Maranhão**, no sentido de ser instalado um **Telefone de Uso Público – TUP**, no **Povoado Almeida** do Município de **COLINAS - MA**.

JUSTIFICATIVAS:

No **Povoado Almeida** residem **100 famílias** que sofrem com a falta de um Telefone de Uso Público - TUP, pois, impossibilitados de se comunicarem com a sede do município, precisam, muitas vezes, se deslocar até lá para conseguir transporte de pessoas doentes e, até mesmo, para obter apoio do poder público em diversas ocasiões de urgência.

Esta situação de calamidade e de penúria pode ser solucionada ou, no mínimo, amenizada com a instalação do TUP no povoado.

Plenário Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão, em 06 de outubro de 2004. **JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA - DEP. DOMINGOS DUTRA (PT).**

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO Nº 992 / 04

Senhor Presidente,

Na forma Regimental e após a manifestação da Mesa, requeiro a V.Ex.^a, seja encaminhado expediente ao **Exmo. Sr. JOSÉ SOARES JÚNIOR, Gerente de Operação e Manutenção da Telemar Norte Leste S/A – Filial Maranhão**, no sentido de ser instalado um **Telefone de Uso Público – TUP**, no **Povoado Fio** do Município de COLINAS - MA.

JUSTIFICATIVAS:

No **Povoado Fio** residem **50 famílias** que sofrem com a falta de um Telefone de Uso Público - TUP, pois, impossibilitados de se comunicarem com a sede do município, precisam, muitas vezes, se deslocar até lá para conseguir transporte de pessoas doentes e, até mesmo, para obter apoio do poder público em diversas ocasiões de urgência.

Esta situação de calamidade e de penúria pode ser solucionada ou, no mínimo, amenizada com a instalação do TUP no povoado.

Plenário Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão, em 06 de outubro de 2004. **JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA - DEP. DOMINGOS DUTRA (PT).**

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO Nº 993 / 04

Senhor Presidente,

Na forma Regimental e após a manifestação da Mesa, requeiro a V.Ex.^a, seja encaminhado expediente ao **Exmo. Sr. JOSÉ SOARES JÚNIOR, Gerente de Operação e Manutenção da Telemar Norte Leste S/A – Filial Maranhão**, no sentido de ser instalado um **Telefone de Uso Público – TUP**, no **Povoado Cedro Grosso** do Município de COLINAS - MA.

JUSTIFICATIVAS:

No **Povoado Cedro Grosso** residem **20 famílias** que sofrem com a falta de um Telefone de Uso Público - TUP, pois, impossibilitados de se comunicarem com a sede do município, precisam, muitas vezes, se deslocar até lá para conseguir transporte de pessoas doentes e, até mesmo, para obter apoio do poder público em diversas ocasiões de urgência.

Esta situação de calamidade e de penúria pode ser solucionada ou, no mínimo, amenizada com a instalação do TUP no povoado.

Plenário Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão, em 06 de outubro de 2004. **JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA - DEP. DOMINGOS DUTRA (PT).**

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO Nº 994 / 04

Senhor Presidente,

Na forma Regimental e após a manifestação da Mesa, requeiro a V.Ex.^a, seja encaminhado expediente ao **Exmo. Sr. JOSÉ SOARES JÚNIOR, Gerente de Operação e Manutenção da Telemar Norte Leste S/A – Filial Maranhão**, no sentido de ser instalado um **Telefone de Uso Público – TUP**, no **P.A. Boa Sorte** do Município de COLINAS - MA.

JUSTIFICATIVAS:

No **P.A. Boa Sorte** residem **72 famílias** que sofrem com a falta de um Telefone de Uso Público - TUP, pois, impossibilitados de se comunicarem com a sede do município, precisam, muitas vezes, se deslocar até lá para conseguir transporte de pessoas doentes e, até mesmo, para obter apoio do poder público em diversas ocasiões de urgência.

Esta situação de calamidade e de penúria pode ser solucionada ou, no mínimo, amenizada com a instalação do TUP no povoado.

Plenário Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão, em 06 de outubro de 2004. **JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA - DEP. DOMINGOS DUTRA (PT).**

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO Nº 995 / 04

Senhor Presidente,

Na forma Regimental e após a manifestação da Mesa, requeiro a V.Ex.^a, seja encaminhado expediente ao **Exmo. Sr. JOSÉ SOARES JÚNIOR, Gerente de Operação e Manutenção da Telemar Norte Leste S/A – Filial Maranhão**, no sentido de ser instalado um **Telefone de Uso Público – TUP**, no **P.A. Reduto** do Município de COLINAS - MA.

JUSTIFICATIVAS:

No **P.A. Reduto** residem **70 famílias** que sofrem com a falta de um Telefone de Uso Público - TUP, pois, impossibilitados de se comunicarem com a sede do município, precisam, muitas vezes, se deslocar até lá para conseguir transporte de pessoas doentes e, até mesmo, para obter apoio do poder público em diversas ocasiões de urgência.

Esta situação de calamidade e de penúria pode ser solucionada ou, no mínimo, amenizada com a instalação do TUP no povoado.

Plenário Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão, em 06 de outubro de 2004. **JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA - DEP. DOMINGOS DUTRA (PT).**

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO Nº 996 / 04

Senhor Presidente,

Na forma Regimental e após a manifestação da Mesa, requeiro a V.Ex.^a, seja encaminhado expediente ao **Exmo. Sr. JOSÉ SOARES JÚNIOR, Gerente de Operação e Manutenção**

da **Telemar Norte Leste S/A** – Filial Maranhão, no sentido de ser instalado um **Telefone de Uso Público – TUP**, no **P.A. Zuador** do Município de **COLINAS - MA**.

JUSTIFICATIVAS:

No **P.A. Zuador** residem **80 famílias** que sofrem com a falta de um Telefone de Uso Público - TUP, pois, impossibilitados de se comunicarem com a sede do município, precisam, muitas vezes, se deslocar até lá para conseguir transporte de pessoas doentes e, até mesmo, para obter apoio do poder público em diversas ocasiões de urgência.

Esta situação de calamidade e de penúria pode ser solucionada ou, no mínimo, amenizada com a instalação do TUP no povoado.

Plenário Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão, em 06 de outubro de 2004. **JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA - DEP. DOMINGOS DUTRA (PT)**.

INDICAÇÃO Nº 997 / 04

Senhor Presidente,

Na forma Regimental e após a manifestação da Mesa, requeiro a V.Ex.^a, seja encaminhado expediente ao **Exmo. Sr. JOSÉ SOARES JÚNIOR, Gerente de Operação e Manutenção da Telemar Norte Leste S/A** – Filial Maranhão, no sentido de ser instalado um **Telefone de Uso Público – TUP**, no **P.A. Matos Novos** do Município de **COLINAS - MA**.

JUSTIFICATIVAS:

No **P.A. Matos Novos** residem **32 famílias** que sofrem com a falta de um Telefone de Uso Público - TUP, pois, impossibilitados de se comunicarem com a sede do município, precisam, muitas vezes, se deslocar até lá para conseguir transporte de pessoas doentes e, até mesmo, para obter apoio do poder público em diversas ocasiões de urgência.

Esta situação de calamidade e de penúria pode ser solucionada ou, no mínimo, amenizada com a instalação do TUP no povoado.

Plenário Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão, em 06 de outubro de 2004. **JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA - DEP. DOMINGOS DUTRA (PT)**.

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

INDICAÇÃO Nº 998 / 04

Senhor Presidente,

Na forma Regimental e após a manifestação da Mesa, requeiro a V.Ex.^a, seja encaminhado expediente ao **Exmo. Sr. JOSÉ SOARES JÚNIOR, Gerente de Operação e Manutenção da Telemar Norte Leste S/A** – Filial Maranhão, no sentido de ser instalado um **Telefone de Uso Público – TUP**, no **P.A. Albino** do Município de **COLINAS - MA**.

JUSTIFICATIVAS:

No **P.A. Albino** residem **24 famílias** que sofrem com a falta de um Telefone de Uso Público - TUP, pois, impossibilitados de se comunicarem com a sede do município, precisam, muitas

vezes, se deslocar até lá para conseguir transporte de pessoas doentes e, até mesmo, para obter apoio do poder público em diversas ocasiões de urgência.

Esta situação de calamidade e de penúria pode ser solucionada ou, no mínimo, amenizada com a instalação do TUP no povoado.

Plenário Gervásio Santos, do Palácio Manoel Bequimão, em 06 de outubro de 2004. **JUSTIÇA SE FAZ NA LUTA - DEP. DOMINGOS DUTRA (PT)**.

Na forma do art. 132 do Regimento Interno, o Sr. Presidente determinou o encaminhamento da presente indicação.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Expediente lido à publicação.

III - PEQUENO EXPEDIENTE

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Com a palavra o Senhor Deputado Luiz Pedro.

O SENHOR DEPUTADO LUIZ PEDRO (sem revisão do orador) – Senhor presidente, senhoras e senhores deputados, companheiros da imprensa, galeria, funcionários da Casa. O que me traz hoje a tribuna senhor presidente, é fazer a análise do quadro eleitoral surgido nas urnas no dia 03 de outubro. O que nós estamos vendo é que a vontade soberana do povo do Maranhão, ainda vem sendo contestada pela violência que está ameaçando alguns prefeitos eleitos entre os quais eu queria destacar aqui o caso de um primo nosso, candidato a prefeito, eleito no Município de Buriticupu e que vêm recebendo ameaças de morte. Ontem eu comuniquei o fato ao Secretário Chefe da Casa Civil do Governo do Estado, Senhor Pedro Maranhão, prometeu providências no sentido de acionar o esquema de segurança do Estado para garantir a integridade física do prefeito eleito, primo lá de Buriticupu. Mas, em outros municípios também esses fatos vêm ocorrendo, o que vêm taldar, vêm manchar as eleições que transcorreram, senão de forma inteiramente tranqüila porque nós tivemos também a violência do poder econômico e do poder político em várias cidades, mas sem o registro de eventos que resultassem em mortes de cidadãos como ocorria também até bem pouco tempo em nosso Estado. Mas eu queria destacar também, senhor presidente, outro lado desta questão das eleições que ocorreram no Maranhão. O meu partido, o PDT, além de eleger em primeiro turno o Prefeito Tadeu Palácio aqui na capital, também conseguiu eleger dez outros prefeitos no interior no Estado, ou seja, onze prefeitos ao todo aqui no Maranhão e que vem mostrar a vitalidade, a força de nossa legenda no Estado. Mais que isso, aqui na capital onde a gente participou das eleições ajudando eleger diversos candidatos a vereador ou ajudando na campanha de diversos candidatos a vereador do nosso partido e na coligação que elegeu o Prefeito Tadeu Palácio, o que nós vimos foi que o PDT saiu das urnas como a legenda mais forte da cidade, mostrando que não é a toa que esta é a quinta eleição em que o PDT elege prefeito aqui em São Luís. Desde 1988, na primeira eleição do Dr. Jackson Lago, até hoje, nas sucessivas eleições 88, 92, 96, 2000 e agora 2004, o PDT elege os seus candidatos aqui em São Luís. E queria chamar atenção para uma particularidade, desta vez o PDT concorrendo na legenda sozinho, elegeu quatro dos vinte e um vereadores de São Luís, fazendo a maior bancada. Se nós formos verificar apenas de outros partidos, o PSDB que elegeu dois vereadores, o PRONA e o PAN elegeram dois vereadores. Então, após o PDT que elegeu quatro vereadores apenas essas

legendas, o PRONA, o PAN e o PSDB elegeram dois vereadores; e os grandes partidos, assim chamados a nível nacional, como é o caso do próprio PT que não elegeu nenhum vereador, como é o caso do PMDB e do PFL cada um só fez um vereador aqui em São Luís. Então, nós verificamos que aqui a questão da Ilha Rebelde se mantém quando elege quatro vereadores de São Luís à Câmara Municipal. E é justamente essa bancada senhor presidente, que nós achamos que deve discutir a partir do seu interior, a partir dos quatro vereadores que foram eleitos para a Câmara Municipal de São Luís, que devem discutir a questão da presidência da Casa, porque nós sabemos que é praxe nos parlamentos e aqui nós seguimos isso, hoje a presidência da Casa aqui é do PFL que é o partido majoritário na Assembléia, e na Câmara Municipal se deve discutir a partir da posição majoritária, de bancada majoritária como o PDT saiu dessas eleições. Então, eram algumas considerações que eu queria fazer desta tribuna sobre as eleições deste ano senhor presidente, e que a gente vai voltar ainda para comentar outros casos. Era o que a gente tinha a dizer neste momento. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS MILHOMEM –
Com a palavra o Senhor Deputado Mauro Bezerra.

O SENHOR DEPUTADO MAURO BEZERRA (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhores e senhoras deputados, companheiros da imprensa e galeria. É apenas para ratificar aquilo que foi dito pelo Deputado Luiz Pedro, sobre a performance do PDT nas eleições de São Luís. Em 1988 elegemos o Jackson Lago prefeito de São Luís. Em 1992 o PDT elegeu Conceição Andrade, depois elegeu Jackson Lago e agora elegeu Tadeu Palácio. Praticamente quase todas as eleições, exceto uma vez, os prefeitos do PDT foram eleitos no primeiro turno. E desta vez não foi diferente. Eu fiz recentemente um pronunciamento aqui nesta Casa e fui contestado, falei sobre o erro cometido pelo PDT na eleição de 2000 quando se coligou com outros partidos. E o que aconteceu? Naquela época o PDT fez cerca de 80.000 sufrágios, elegeu 3 vereadores, o Deputado Julião Amin lembra disso, o PFL fez 29.000 elegeu 4 e o outro partido o PSD, parece que existia na época, também elegeu os seus vereadores. Isto é, nós com a nossa votação em 8 elegemos 5, dos adversários apenas um. Dessa vez não. Dessa vez o PDT não coligou na chapa de vereador com ninguém e obteve Deputado Julião, cerca de 75.000 sufrágios contra 65.000 na segunda coligação que foi a coligação comandada pelo Deputado Ricardo Murad e cerca de cinquenta e poucos votos mil da coligação comandada pelo Deputado João Castelo. Nós elegemos quatro vereadores, Alencar Gomes que teve uma excelente votação, era de um outro partido e veio para o PDT e encontrou exatamente um caminho que pudesse, para trilhar no seu trabalho e conseguir mais de 6.000 votos. Elegemos Marília Mendonça. Pouca gente acreditava na vitória de Marília Mendonça, e ela obteve mais de 6.000 votos, foi a quinta colocada no geral. Elegemos Helena Castro e Batista Botelho, dois companheiros, um vereador e outro ex-vereador, e hoje como diz o Deputado Luiz Pedro, nós temos quatro vereadores é a maior bancada, depois do PDT, individualmente, apenas o PSDB, o PAN e o PRONA com dois vereadores cada. Então, nessas condições e mantendo um rito que é dos parlamentos, o partido pode se credenciar Deputado Aderson Lago, a eleger, a fazer o Presidente da Câmara, a eleger o Presidente da Câmara. Eu vi hoje no jornal que o PDT teve o seu candidato, Cléber Verde, não! Não tem nada disso não. O PDT vai reunir para tomar uma decisão e claro que tudo isso passa pelo Prefeito

Tadeu Palácio porque ele, embora tenha dito que não participa do processo, mas isso aí todos os governantes dizem, não vou participar. Lembro-me bem que o Governador José Reinaldo disse: estou isento, não participo do processo. E participou ativamente do processo de eleição da Mesa da Casa e nós é que tivemos a maioria porque elegemos o Deputado Carlos Alberto Milhomem, que por sinal merece o nosso apoio e o nosso aplauso. Então é essa a situação do PDT, o PDT é um partido de proa, é o partido de frente em São Luís do Maranhão e hoje fez uma representação em onze municípios, além da participação em muitos outros. Eu ouvi ontem aqui o pronunciamento do nobre amigo Deputado Rubem Pereira, dizendo, falando sobre os partidos onde ele participou, eu até brinquei, o deputado virou o Rei Midas, onde ele põe a mão vira voto, mas o PDT também deputado, teve uma participação em todo o Estado e em muitos municípios fez uma coligação, por exemplo, em Carolina, que nós ganhamos a eleição em Carolina, o PDT coligou-se com o PSDB e elegeu o João Alberto que já foi prefeito daquele município com ampla maioria. Então é esse o quadro e é um quadro novo Deputada Graça, que se apresenta no Estado. Eu vejo as machetes nos jornais dizendo o seguinte: “A família Sarney saiu muito mal”. É verdade. Não elegeu ninguém. A melhor performance do grupo da família Sarney foi com relação a um segundo suplente de vereador de São Luís, foi isso, é um fato novo, é um novo quadro que se apresenta. Para concluir senhor presidente, ontem eu recebi aqui uma comissão de professores e mais uma vez eu disse e vou repetir tanta e quantas vezes se fizer necessária, não votaremos contra os professores, a bancada da oposição desta Casa não vota. Muito obrigado senhor presidente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Deputado Manoel Ceará.

O SENHOR DEPUTADO MANOEL CEARÁ (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhores deputados da Mesa, senhores deputados, senhoras deputadas, galeria e imprensa. Senhor presidente, falando sobre as eleições de 2004 eu dei um apoio a Gonzaguinha em São Luís Gonzaga, dei apoio também a um vereador em Igarapé Grande. O Gonzaguinha ganhou, porque as pessoas entenderam de dar um basta em Valto Lima, porque reconhecia a dificuldade da população pobre. Em Igarapé Grande esse vereador também por nome Pedro Cidade ganhou. Mas Bacabal, eu gosto muito de Bacabal, deram-me uma oportunidade grande, o povo de Bacabal é um povo sofrido, porque foram quatro anos passando fome, mas são pessoas um pouco tolas, pessoas de uma mente financeira que recebe um almoço durante a campanha e uma merenda na véspera da política e a compra de votos só elegeu sete vereadores do prefeito comprando votos. As pessoas vão passar mais quatro anos passando fome, quatro anos cortando a água dos pobres de Bacabal. Eu estou com muita pena de Bacabal. Vai continuar no mesmo sofrimento que tinha. Olha presidente, a candidatura da dona Taugi por causa da tolice do vice-governador estava sendo uma candidatura que era ilegal e na véspera da eleição foi que ela renunciou e deu a prova aos adversários que eles estavam falando a verdade. Mas com tudo isso o povo de Bacabal queria mudança, ela só perdeu por 600 votos porque na política passada ela perdeu com 1.700, mas o do lado de lá na noite da votação, nas ruas batendo o povo e na polícia tem um rapaz que trabalha na polícia militar e sempre me acompanha, foi socorrer muita gente batida pelo lado do prefeito. Isso não pode continuar em Bacabal, mas eles querem assim vão sofrer cada vez mais. Mas

eu não. Sou contra essa humilhação desse prefeito de Bacabal que elegeu o Lisboa. Meus amigos e minhas amigas, Bacabal é como eu já disse, devia ser uma cidade mais compreensiva, olha que até numa estrada os homens valentes desse prefeito faziam barreira, dizia: “diga que vota no 11, se disser que vota no 25 apanha”. O povo de Bacabal, o lado de lá está mais além do que Saddam Hussein, humilhando e batendo no povo. Até com toda humilhação, um almoço durante a campanha como eu falei, uma merenda na véspera da eleição, ter que dar a maioria para ele e 600 votos. E é isso que eu queria dizer senhor presidente, senhores deputados da base do governo, que eu faço parte também da base do governo, na hora que eu estive conversando com a população, me cobrando, olha deputado, se você não prestar serviço em Bacabal, as suas bases aqui em Bacabal vão cair. Eu digo, meus amigos, enfim deputado não constrói, quem constrói é o prefeito. Mas que eu vou cobrar do Governo do Estado para que ele preste serviço nas minhas bases senão de janeiro em diante eu não estou mais com o governo. É isso que é a minha resposta para o governo, porque se o governo não prestar serviço para o deputado, a população só acredita que deputado constrói. Deputado não constrói, quem constrói é o governo. É isso que eu quero dizer aqui. É por isso que o repórter de Imperatriz me procurou: “Deputado Ceará, por que é que muitos deputados não chegam a reeleição? Eu respondi para eles, que é nessa mesma base do governo não prestar serviço para a base dele e ele fica desacreditado na região dele. É isso que eu queria dizer e muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – O Senhor Deputado Domingos Dutra.

O SENHOR DEPUTADO DOMINGOS DUTRA (sem revisão do orador) – Senhor presidente, senhores deputados, galeria e imprensa. Eu vim neste expediente, primeiro para esclarecer uma matéria que saiu no Jornal Pequeno a partir dos pronunciamentos que o Senador Heráclito Fortes fez ontem no Senado acusando o juiz Fernando Júnior de tê-los coagidos lá em Barreirinhas. Eu fui colega do deputado, atual Senador Heráclito Fortes do Piauí. Primeiro que não houve coação a ninguém em Barreirinhas, o que houve em Barreirinhas é que o juiz e o promotor tomaram atitudes corretas e se todos os juizes e todos promotores do Maranhão tivessem tido a mesma atitude do juiz e do promotor em Barreirinhas, com certeza em muitos municípios o resultado teria sido outro, porque houve compra de voto das formas mais abusivas: com dinheiro, com telha, com tijolo, com quilo de carne, então em Barreirinhas o juiz tomou medidas preventivas. No dia 28 foram apreendidas Deputada Helena, três carretas com postes que o Senhor Albérico estava tentando colocar em Barreirinhas. Foi presa uma carreta com merenda escolar e no dia 29 o seu Sarney pousou em Barreirinhas, houve reunião num posto de gasolina para que houvesse distribuição de dinheiro. E no dia 2 houve um avião que pousou em Barreirinhas, estranhamente o Senador Heráclito Fortes, do PFL, que também disputava eleição no Estado do Piauí, estranhamente estava nos Lençóis. Eu nunca vi um político, um senador sair do seu Estado na véspera da eleição para ir para outro, justamente para os Lençóis onde disputava o sobrinho do Sarney. O que o juiz fez foi recebendo uma denúncia formalizada por escrito, o juiz e o promotor foram fazer uma averiguação para saber se naquele avião havia malas de dinheiro. Portanto, não houve coação, não houve ilegalidades, o que houve foi uma petição, uma denúncia para o juiz e o juiz acertadamente tomou as medidas que deveriam ter sido tomadas

para evitar a compra de votos. Portanto o Senador Heráclito Fortes pode ter se sentido constrangido, porque nesse país quando se fala em político com mandato, e principalmente senador, todo mundo acha que é intocável. Podem passar nas barreiras e não serem revistados, acham que qualquer abordagem da polícia ou de qualquer autoridade significa uma afronta e nada disso. Nós somos parlamentares, devemos ser respeitados mas nós não estamos acima da lei e nós não estamos acima de qualquer autoridade. Eu quero aqui é parabenizar o juiz e o promotor de Barreirinhas que agiram preventivamente, agiram corretamente no dia das eleições e evitaram que houvesse uma mudança do resultado da eleição através de meios escusos. Queria ainda dizer senhor presidente, e deixar registrado, que o Senador José Sarney e a sua família saíram fragorosamente derrotados dessas eleições. Há muitos indicativos, mas aqui eu vou deixar registrado para os anais da história que aonde o Sarney botou um parente Deputado Julião, foram derrotados. Em Barreirinhas, o Deputado Albérico Filho que é sobrinho, foi rejeitado. Aqui em São Luís, Ivan Sarney que irmão, foi rejeitado. O Deco Soares que é outro parente, foi rejeitado. Sarney Neto que é sobrinho foi derrotado em Cajari. Wilson Sarney que é filho de criação e sobrinho, foi derrotado em Urbanos Santos. Ricardo Murad foi escorraçado de São Luís. A filha Andréa foi escorraçada de Coroatá. O Garden que é cunhado de Sarney, foi escorraçado de Bacuri. E a Nildes, que é mãe do genro de Ricardo Murad, perdeu em Amarante. Então nove parentes do Sarney, parentes de sangue e parentes de lei por afinidade, todos eles que botaram a cara de fora pegaram uma machadada na molheira. Estão todos tontos. É evidente que nós vamos esmiuçar mais ainda para gente deixar registrado que o grupo Sarney perdeu. Isso aqui não é nem uma coisa feia, porque nós do PT também perdemos, nós lamentavelmente perdemos em Imperatriz, isso é do processo. Agora, a família Sarney, onde ela botou a cabeça, ficou só o corpo, porque a cabeça foi degolada. E isso é muito importante. Calma Paulo Neto, que lá você pegou foi cipó de tamarino, lá em Mata Roma e em Anapurus. Então se acalma aí. Portanto eu queria fazer esse registro de que o Maranhão começa a mudar. Os raios de sol começam a chegar até nós e é evidente que o resultado das eleições é muito bom para a democracia, a democracia não combina com grupo monolítico, quando um grupo tem muita força há uma pressão, há uma coação muito grande, as liberdades não florescem, portanto eu queria deixar registrado aqui que o juiz não coagiu e dizer que finalmente o grupo Sarney começa a bambear, Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – O que aconteceu em Barreirinhas é a mesma coisa que aconteceu no Iraque.

O SENHOR DEPUTADO JOÃO EVANGELISTA – Senhor Presidente Milhomem.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Pois não.

O SENHOR DEPUTADO JOÃO EVANGELISTA – Gostaria que V.Exa. considerasse e suspendesse por três minutos a sessão para que os senhores deputados pudessem cumprimentar a nossa deputada prefeita eleita de Timon, companheira Socorro Waquim.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Suspendo a sessão por dois minutos.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Declaro reaberta a Sessão. A Mesa se solidariza com a Deputada Socorro Waquim e almeja que ela faça uma grande administração em Timon. Com a palavra o Senhor Deputado Julião.

O SENHOR DEPUTADO JULIÃO AMIN (sem revisão do orador) – Senhor presidente, senhores e senhoras deputadas. Nós saímos de uma eleição municipal e nós esperamos que os prefeitos eleitos do nosso Estado realmente acompanhem de perto a execução de políticas para mudar a realidade sócio-econômica do nosso Estado. Nós esperamos senhor presidente, esperamos que o Governo do Estado do Maranhão tome uma posição de coordenador da execução dessas políticas públicas, e eu quero voltar pra questão da educação. Aos 15 anos aproximadamente, nós acompanhamos a evolução da educação em nosso Estado. Tivemos a participação nos movimentos grevistas da década de 90, a reivindicação dos professores nos sucessivos governos que vem assumindo de lá para cá, e assistimos senhor presidente, senhores prefeitos, a decadência da educação no Maranhão inteiro. Quem percorre os municípios do Maranhão vê que os prédios, as estruturas físicas dos prédios onde funcionam a educação dos diversos municípios do Maranhão. As autoridades, prefeitos, governadores abandonaram totalmente a educação. E hoje essa mobilização que se encontra no Maranhão inteiro decorre da omissão, do descaso dessas autoridades. Ano passado, aliás, ano retrasado os professores se mobilizaram para reivindicar melhores salários, isso não só aqui em São Luís mas no Maranhão inteiro. E houve um entendimento político que levou a assinatura de um acordo coletivo de trabalho onde o Governo do Estado reconhecia os legítimos direitos dos professores que firmou esse acordo. Este ano o governo como se fosse uma assinatura unilateral, resolve romper, denunciar esse acordo coletivo, prejudicando os professores, tanto na carreira profissional dos professores bem como na questão salarial. E eu tenho acompanhado de perto porque eu tenho irmãs, tenho esposa que é professora também, e o prejuízo dessas profissionais senhor presidente, e hoje o que nós assistimos? Há mais de quatro meses os professores nessa luta sem que se encontre uma solução para isso. O governo denuncia que não tem condições para pagar e eu duvido muito dessas alegações do Governo do Estado. Até porque senhor presidente, quando o governo foi induzido a assinar esse acordo que diz que é prejudicial para o Estado foram os seus próprios técnicos, os seus assessores diretos que sentaram com o governador e levaram assinatura desse acordo. Eu denunciei e depois outros deputados denunciaram da tribuna desta Casa que o gerente foram os responsáveis por isso e o governador em nenhum momento puniu esses seus assessores diretos. Então senhor presidente, nós não vamos aceitar de maneira nenhuma que esta Casa vote contra a educação das crianças do Maranhão, contra os pais de famílias, quero dizer que não estou fazendo um discurso demagógico, isso é uma questão ideológica e que nós do PDT, os cinco deputados do PDT em nenhum momento vão trair a educação do Estado do Maranhão. Quero deixar bem claro aqui que sou solidário na luta dos professores, fomos cobrados em todos os municípios que nós andamos senhor presidente, não eram só os professores, eram os pais de família, eram os estudantes, a juventude que se mobilizava para discutir a eleição no seu município. Ela fazia um apelo: “deputado, não vote contra a educação do Maranhão”. Não era contra o professor era contra a educação do Maranhão, qualquer

ato que atente contra os direitos dos professores o PDT, a bancada do PDT vota contra. Nós queremos aproveitar senhor presidente, senhores deputados, líderes do governo do estado que está na hora... está na hora do governo do estado voltar as suas atenções para dar assistência, para coordenar o processo de educação do Estado do Maranhão colocando técnicos à disposição dos prefeitos para que se possa realmente resgatar a educação no Estado no Maranhão. Eu acho que este é o momento para isso, de colocar secretarias ou a Gerência de Serviços Humanos para melhorar a qualidade de ensino no Maranhão, dar todas as qualidades necessárias para que os prefeitos olhem a educação como uma prioridade do Estado do Maranhão. Nós, a maioria dos deputados que percorrem, a maioria não, todos os deputados que percorrem o interior do Maranhão conhece de perto. Queria alertar os professores agora que mandem mensagens para os professores dos 217 municípios do Maranhão para que se mobilizem e pressionem os prefeitos para eleger como prioridade a educação, para ver se podemos ainda salvar o Maranhão da situação de pobreza, de tragédia e de miséria que nós vivemos. Muito obrigado senhor presidente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Com a palavra o Deputado Rubem Brito

O SENHOR DEPUTADO RUBEM BRITO (sem revisão do orador). Senhor presidente, senhores deputados, senhoras deputadas, distinta audiência desta sessão profissionais da imprensa. Estamos de volta a esta Casa depois das eleições municipais que mobilizaram não apenas o nosso estado, mas mobilizaram o nosso País. Senhores há muitos avanços nas eleições em nosso País sobretudo pós Constituição de 1988, aliás, hoje 5 de outubro, ontem, perdão, 16 anos da promulgação da constituição cidadã que resultou em avanços democráticos no nosso País. As vezes assistimos um boing a cruzar os nossos céus e nós não nos damos conta senhores e senhoras quanto de trabalho, quanto de esforço, quanto de avanço humano tem por trás do boing rasgando os céus do nosso país, os céus do nosso globo terrestre, ali tem muito de trabalho. Agora após três eleições assistimos os resultados senhores e senhoras serem proclamados antes da meia noite, cem milhões de brasileiros, mais de cem milhões de brasileiros foram às urnas talvez o terceiro colégio eleitoral do mundo e em menos de sete horas se tem o resultado das eleições na maioria das capitais dos nossos estados; mal raiou o dia e já tivemos conhecimento do resultado em quase todos os municípios brasileiros. O avanço que nós não nos damos conta muitas das vezes; mas é um avanço da luta democrática no nosso país; há muito ainda a conquistarmos. Agora cabe a todos os democratas lutar contra aquilo que ainda mancha o nosso processo democrático, o abuso do poder econômico não apenas no dia das eleições, mas no período pré-eleitoral no uso da máquina administrativa senhores, apesar de termos avançados de vitórias emblemáticas, vivemos uma eleição impar no nosso Estado, para nós o governo do Estado não participar do processo eleitoral já é uma grande revolução no Maranhão, o governo do Estado não participar através dos convênios para a realização de obras ou prestação de serviços que nunca eram realizadas, serviços que não eram prestados, ou quando realizados ou prestados parcialmente, e o dinheiro público ia acabar nas campanhas eleitorais transformando, enodoando, maculando o processo eleitoral no Maranhão e fazendo com que a expressão livre democrática e soberana no nosso povo fosse distorcida. Não, nessas eleições senhor presidente, permitiu que um professor de matemática lá no Buri

Bravo que V.Exa. conhece, pudesse derrotar um dos piores prefeitos do Estado, que teve o apoio de senadores, de presidente, de deputados federais. E um jovem professor de matemática nessa nova realidade conseguiu uma vitória que é emblemática. Para finalizar senhor presidente, queria também aqui dizer que esse processo eleitoral sem a presença do governo do Estado permitiu que um mecânico do PFL pobre, lá do outro Burity à margem do Parnaíba com o vice do lavrador do PSDB Antônio Flora também impusesse uma derrota a uma oligarquia local. Portanto, eu não poderia deixar de aqui registrar esse processo eleitoral que para nós do PDT basta o governo não participar do processo, basta o governo não interferir nas eleições que o povo saberá livremente escolher os seus candidatos. Portanto a democracia está de parabéns, a democracia está viva e a democracia precisa continuar a sua luta para excluir da história política do Maranhão o abuso do poder econômico e o uso da máquina administrativa sobretudo do governo estadual nas eleições municipais ou gerais. Viva a democracia, parabéns a todos aqueles que respeitaram a vontade livre e soberana do nosso povo.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS LABERTO MILHOMEM – Deputado Max Barros.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Deputada Socorro Waquim.

O SENHOR DEPUTADO MAX BARROS – Eu estou inscrito senhor presidente. Estou inscrito na frente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - O senhor está inscrito, mas eu o chamei e o senhor não atendeu.

O SENHOR DEPUTADO MAX BARROS – Não chamou.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Eu o chamei e o senhor não atendeu. Não desminta a Mesa.

O SENHOR DEPUTADO MAX BARROS – Estou desmentindo.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Suspendo a sessão.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Declaro reaberta a sessão. Com a palavra a senhora Deputada Socorro Waquim.

A SENHORA DEPUTADA SOCORRO WAQUIM (sem revisão da oradora) - Senhor presidente, senhores deputados, galeria, imprensa e senhores serventuários. Utilizo esta tribuna hoje para dizer que me ausentei por um período de algumas sessões durante o período eleitoral para concorrer às eleições municipais do Município de Timon. Fizemos uma eleição limpa, uma eleição onde a vitória foi a vitória do povo, a vitória da vontade popular. Foi uma vitória de uma professora, foi a vitória, principalmente, de uma sociedade, que ao longo de muitos anos, espera que eu possa fazer naquela cidade uma administração profícuca, progressista, uma administração decente, honesta, transparente, uma administração que realmente vá ao encontro do anseio popular. Evidentemente que eu não me coloco na

posição da salvadora da pátria, nem daquela prefeita que vai fazer tudo e que acha que pode fazer tudo, mas me coloco a partir de janeiro na posição de uma prefeita que vai procurar fazer o melhor. Vai procurar fazer a melhor administração, aplicando todo tostão que entrar na prefeitura de uma forma certa e decente. Quero dizer que minha tarefa de deputada estadual continua sendo muito importante. Me elegi neste último mandato e até o dia 31 de dezembro cumprirei aqui o meu papel em defesa dos interesses do Maranhão, mas também não posso deixar de confessar a minha satisfação em poder, a partir de janeiro, estar voltando aos interesses do meu município, da minha cidade que é realmente aonde a minha família vive, eu vivo, aonde eu construí toda a minha história política e toda a minha história profissional. Eu quero também aproveitar o momento para agradecer a todos os colegas deputados que desde o primeiro momento que me coloquei na convenção, nessa linha do desafio de concorrer a prefeitura de Timon me deram o seu apoio de forma indireta e direta confiando e me credibilizando essa possibilidade. Quero agradecer ao senhor presidente por também ter acreditado nesse projeto. Quero aqui agradecer de público a todo povo de Timon que realmente decidiu que na eleição deveria se fazer uma mudança. Mas eu quero registrar que no Maranhão essas coisas ainda acontecem, mesmo tendo sido uma eleição limpa, uma eleição confiável, uma eleição em que, o que reinou foi a decisão do povo de fazer a mudança, onde eu tive assim o desprazer de ter que ver todas as urnas, as assinaturas das urnas eletrônicas sendo conferidas pela possibilidade que foi levantada durante a manhã no município, de haver fraude no Município de Timon. Mas o Doutor Itaés que é o juiz eleitoral, ele fez esse processo da melhor forma possível. Parabenizo a justiça eleitoral de Timon por isso. Ao terminar ontem, às onze horas da noite, a conferência de todas as assinaturas eletrônicas das urnas foi constatada que a vitória das eleições em Timon, foi a vitória do povo, do povo que não agüentou mais opressão, que não agüentou mais sofrer e ter a cidade abandonada como está. Farei a minha parte, farei da melhor forma que eu puder fazer, para não só continuar com a credibilidade que aquele povo tem para comigo, como também para dizer que nós não estamos lá para fazer apenas uma mudança de gênero, mudando a administração do homem para uma mulher, mas fazendo uma mudança de mentalidade, uma mudança de postura administrativa, uma mudança que possa propiciar àquele município que a porta de entrada do Maranhão está de frente a uma capital que sofre os problemas crônicos de uma metropolização, esse município possa, definitivamente, ter um novo caminho, ter um novo tempo. Portanto, senhor presidente, quero dizer ao senhor e aos meus queridos companheiros, de que eu aqui presto conta dessa tarefa que me submeti durante esse período eleitoral e posso dizer que a democracia, realmente, como diz o Deputado Rubem Brito, é quem fala mais alto, a liberdade é quem fala mais alto. Fizemos uma campanha franciscana, fizemos uma campanha do tostão contra o milhão, mas quem venceu foi o povo de Timom. E eu só espero em Deus, agradecendo a ele também essa oportunidade que me deu de poder ser fiel aos propósitos que eu me coloquei naquela cidade e poder fazer uma grande administração para engrandecer o Maranhão. Meu muito obrigada a todos e volto às minhas atividades da mesma forma que praticamente a deixei no mês de agosto quando parti para a eleição.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Ordem do Dia. Requerimento de autoria do líder

do BPD, do BPP e do BPO solicitando inversão da pauta (lê). Fica invertida a pauta.

O SENHOR DEPUTADO MAX BARROS – Eu me inscrevi para discutir senhor presidente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – V.Exa se inscreveu para discutir o projeto. Aqui eu fiz a consulta. O senhor quer discutir o requerimento?

O SENHOR DEPUTADO MAX BARROS – Quero senhor presidente.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Por favor, cinco minutos.

O SENHOR DEPUTADO MAX BARROS (sem revisão do orador) - Senhor presidente, senhores membros da Mesa, senhoras e senhores deputados, galeria e imprensa. Essa crise que passa a educação do Estado já vem se arrastando por algum tempo e o processo de negociação também vem se arrastando. O fato é que no ano passado houve uma ampla negociação do governo do estado com a participação do Poder Legislativo que avalisou aquela negociação e o governo do estado verificando o orçamento disponível na época, assinou um acordo dizendo que aquelas garantias seriam dadas aos professores. Passado, aproximadamente, menos de um ano, o governo do estado que transformou em lei, através da Assembléia Legislativa, aquele acordo, agora quer revogar a lei através de uma medida provisória. Do meu ponto de vista entendo, primeiro que é inconstitucional, porque fere o direito adquirido. Segundo, que é um governo que quer melhorar o IDH e a educação que é o principal vetor para alcançar esse objetivo, está sendo baleada de morte, na medida em que não se valoriza os professores, não se cumpre o acordo com a educação e com isso paralisa a educação do Estado durante quase todo segundo semestre. Mas não estou aqui para defender a política de terra arrasada, qualquer entendimento que seja firmado pelo governo do estado com o professorado efetivamente, eu votarei a favor, porque não estou aqui para fazer oposição ao governo do estado. Estou aqui para defender o interesse da educação e do Maranhão. Agora, sou contra esse requerimento, porque nós temos que defender e discutir a educação como um todo e desculpem senhores líderes, mas entendo esse requerimento como uma manobra no sentido de não discutir todas essas medidas provisórias, apenas liberar o dinheiro que está preso na justiça e não é somente esse o interesse dos professores, estarei aqui dando quorum quando for discutida a medida provisória n.º 02, n.º 03, n.º 04 e n.º 05, até para perder, mas sempre votando a favor dos professores, até para perder, mas também para mostrar ao governo e aos professores a minha posição e como voto. Por este motivo é que não concordo com a manobra, não concordo com o disfarce e estranho, inclusive, me perdoem meus amigos do bloco oposicionista que sempre defenderam os interesses do professorado da educação, no momento em que assinam um documento para inversão de pauta. Sou contra inversão de pauta, se for aprovada me ausentarei do plenário para não dar quorum e acho que a solução do problema é a discussão de todas as medidas provisórias. Se houver, repito, o entendimento entre o professorado e o governo votarei a favor, mas não, de maneira nenhuma apunhalarei pelas costas os professores votando só a medida 05 e não votando as outras medidas. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Concedo a palavra ao Deputado Aderson Lago, pelo tempo de cinco minutos.

O SENHOR DEPUTADO ADERSON LAGO (sem revisão do orador) – Senhor presidente, senhoras deputadas, senhores deputados. A inversão de pauta foi motivo de um acordo de lideranças, na realidade ela não será nem submetida a votação. Não há o menor sentido e eu estou vindo a esta tribuna também até contrariando uma ordem legal, uma ordem natural das coisas, eu nem deveria estar aqui porque não é um requerimento a ser discutido. O presidente concedeu a palavra ao Deputado Max Barros e a mim, por mera condescendência, não por obrigação, isso foi um acordo de lideranças feito. Deputado Max, respeite o orador da tribuna, eu respeitei V.Exa, pelo amor de Deus. E eu quero dizer, eu não sou líder de nenhum bloco aqui, eu nem assinei essa inversão de pauta, mas quero dizer o seguinte, e sempre disse isso aqui desta tribuna, qualquer medida provisória do governo que seja contrária aos interesses dos professores nós da oposição sempre dissemos que votaríamos contra, isso é ponto pacífico. Não há nenhuma questão quanto a isto. A medida provisória que vai ser votada agora e que foi objeto da inversão de pauta, poderia ter sido aprovada antes da eleição. Não foi por quê? Porque o governo até retirou a sua bancada. Ela não tinha absolutamente nada a ver com a educação, passou a ter no momento em que o Deputado Domingos Dutra apresentou uma emenda destinando 20% daqueles recursos para pagamento dos professores contratados. O governo não queria aceitar isso. E eu, o Deputado Dutra, Deputado Luiz Pedro, Deputado Alberto Franco, e a Deputada Janice Braide, fizemos parte de uma comissão designada pela Mesa Diretora da Casa para intermediar uma acordo entre os professores e o governo e a comissão de professores representada não só pelo sindicato, mas também por outros segmentos da categoria de professores que não integram a diretoria do sindicato. Numa das reuniões concordou e o governo aceitou que 20% dos recursos conforme emenda do Deputado Dutra fossem destinados ao pagamento de professores. Esta é a medida provisória que vai ser votada e que eu vou votar a favor e que a oposição, acredito eu, também vai votar a favor. Ela não tinha absolutamente nada a ver com a educação, passou a ter no momento em que o Deputado Dutra fez uma emenda que o governo não queria aceitar mas que agora já aceitou e seria burrice da nossa parte, seria idiotice da nossa parte, repito, rejeitar uma emenda dessa natureza que nada tem contra a categoria. Eu vou votar a favor e espero que a oposição também vote. Quem vai lucrar com isso são os professores. Estão tirando 20% de um recurso que nada tinha a ver com a educação. Essa é a realidade. Agora, o que não se pode é usar professores como massa de manobra numa briga política. Muito obrigado.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Suspendo a sessão por cinco minutos para que a Comissão de Justiça se pronuncie a respeito da emenda apresentada pelos senhores líderes a respeito da medida provisória n.º 05/04.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Declaro reaberta a sessão. Em votação a Medida Provisória n.º 05/04 com a emenda. Os senhores deputados que votarem a favor permaneçam como estão. Aprovado. Medida provisória n.º 02 capeada pela mensagem n.º 065. (lê).

O SENHOR DEPUTADO ADERSON LAGO – Peço verificação de quorum senhor presidente. Não há quorum na Casa para votação.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Por gentileza o senhor deixa terminar de anunciar. Esgotado o prazo concedido à comissão especial, a medida terá que ser submetida a Comissão de Constituição e Justiça para parecer. Suspendo a sessão por cinco minutos para a Comissão de Justiça emitir o parecer.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Declaro reaberta a sessão. Em votação a Medida Provisória n.º 02/04 .

O SENHOR DEPUTADO ADERSON LAGO – Senhor presidente, peço verificação de quorum.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Peço ao Senhor Primeiro Secretário para fazer a verificação de quorum.

O SENHOR PRIMEIRO SECRETÁRIO JOSÉ LIMA – Faz chamada nominal.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Não há número para deliberar. Suspendo a sessão por cinco minutos para que a Comissão de Justiça emita parecer sobre a medida provisória n.º 03/04 .

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM - Declaro reaberta a Sessão. Não há número para deliberar. Medida provisória n.º 04/04. Suspendo a sessão por cinco minutos para que a Comissão de Justiça emita parecer sobre a medida provisória n.º 04/04.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Declaro reaberta a Sessão. Não há número para deliberar. Continuam na Ordem do Dia as três medidas provisórias n.º 02, 03 e 04. Requerimento à deliberação do plenário. (lê). De autoria do Deputado Max Barros. Não há número para deliberar.

IV - GRANDE EXPEDIENTE

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Deputada Helena Heluy.

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELUY (sem revisão da oradora) – Senhor presidente, senhores deputados, imprensa, senhores e senhoras da galeria, a minha saudação especial aos professores e professoras que continuam com a mesma força, com a mesma capacidade de luta e de resistência na defesa dos seus direitos. Eu quero numa preliminar senhor presidente, registrar que ontem não foi aniversário apenas da Constituição Federal de 88 nos seus 16 anos. Ontem a Constituição do Estado do Maranhão completou seus 15 anos, Constituição feita aqui nesta Casa Legislativa com os deputados de então, que trouxeram para o ordenamento jurídico do Estado do Maranhão o sentimento do povo, o sentimento de vários movimentos e na medida em que registro estes 15 anos eu quero também dar alguns destaques. Um, é que até o momento não

haja sido feita a regulamentação, Deputado Chico Gomes, no que diz respeito aos campos da baixada e a criação dos búfalos. Quero um registro também positivo, é a alteração através da emenda constitucional n.º 31 ao artigo 156 da Constituição, da lavra do Deputado Aderson Lago, que é muito oportuno e ele já registrou isso ontem, para o momento presente e como muitas das edições que nós manuseamos da Constituição do Estado do Maranhão ainda não tenha tido a inclusão desse acréscimo oportuno ao Artigo 156, eu quero apenas lembrar o seu conteúdo. No prazo de 10 dias após a proclamação do resultado da eleição municipal pelo Juiz Eleitoral da respectiva Zona, o prefeito municipal deverá entregar ao sucessor relatório da situação administrativa municipal que conterà obrigatoriamente e aí temos seis itens da maior relevância que eu faço questão de ler apenas e chamando inclusive a atenção, o item 6, que obriga o atual prefeito ou os atuais prefeitos, reeleitos ou não, a encaminhar a relação dos servidores municipais efetivos e comissionados com a respectiva lotação e remuneração. Faço deste registro no sentido de que cada um dos prefeitos possa dar vida a esse dispositivo da Constituição do Estado do Maranhão fruto de uma emenda constitucional da lavra do Deputado Aderson Lago. São 10 dias que o prefeito ou os prefeitos eleitos tem para cumprir a regra contida no parágrafo único do artigo 156 da Constituição Estadual. Passemos então ao mérito do que pretendo abordar hoje nesta Casa. Eu dedico senhores deputados, esta minha fala a Maria Lira eleita prefeita de Bom Jesus das Selvas e a Nice, eleita vereadora de Penalva, ambas do Partido dos Trabalhadores, companheiras de memoráveis lutas. Uma e outra trazem dentro de si a fortaleza da mulher bíblica capaz de destronar os poderosos e despedi-los de mãos vazias. Maria Lira é a trabalhadora urbana. Nice é quebradeira de coco. As duas de compleição frágil que preocupa, no entanto, possuem um potencial capaz de gerar vida e de gerar esperança em seu povo. Todas as vitórias do Partido dos Trabalhadores nestas eleições eu dedico a estas duas bravas companheiras. Constituem a síntese, são modelos, modelo de luta, modelo de trajetória de vida comprometida com a causa maior de todos os excluídos de nosso Estado. Muitos já se manifestaram sobre as eleições municipais no dia 3 último. Com a devida vênua a todos quantos possam divergir do que vou falar, inclusive os meus companheiros de bloco, quero também fazer a minha avaliação com muito respeito e outro tanto de serenidade. Eu falo para São Luís, falo para o Maranhão e falo para a história. Nós sabemos, e o velho Marques que assim já dizia, que a história só se repete em forma de farsa ou de tragédia. Este enunciado é a melhor forma de caracterizar o processo eleitoral de 2004 em São Luís. Eu vou me restringir a São Luís do Maranhão, é o seu fio condutor e é preciso que alguém diga isso, que alguém discorra sobre isso ainda tenha que enfrentar ainda mais toda sorte de maledicência. No momento em que se confundem nossos sentimentos e se criam tantas expectativas como atualmente, após a eleição e vitória do Presidente Lula, muito facilmente somos levados a trocar a verdade por inúmeras mentiras desprezando o autêntico pela grande comédia das ilusões. Estas eleições se transformaram em um imenso teatro, onde o sensacionalismo e casuismo criaram o roteiro desse espetáculo, sem medidas nem freios, nem moral, nem ética valendo-se apenas do seus interesses econômicos e das pesquisas de opinião. Essas eleições foram dirigidas e financiadas pela Prefeitura Municipal de São Luís, que de mãos dadas com o governo do estado, prevalecendo-se da miséria e da exclusão social, grilaram a democracia com a compra de consciências e com abuso do poder econômico. Poucas vezes

na história de São Luís, se viu tanto dinheiro empregado na campanha de um único candidato como nestas eleições. É o que eu chamava ao encerrar o debate do dia 30 de setembro, de orgia de poder econômico e da máquina administrativa. Qual então senhores deputados, o interesse do grande capital em financiar essa candidatura? Será que o preço da passagem do transporte coletivo de São Luís, uma das mais caras do Brasil, tem alguma ligação com a incontável frota de ônibus utilizada para levar e trazer cabos eleitorais para comícios e ficarem parados nos canteiros sob a Ponte Bandeira Tribuzzi, dias e mais dias? Será coincidência que o mesmo posto de gasolina que abastece os veículos de órgão públicos dos municípios seja o mesmo posto que abasteceu minuto a minuto os carros utilizados na campanha do candidato eleito? As respostas podem levantar o véu de uma questão de fundo. As práticas desse grupo são as mesmas que há 38 anos são empregadas no Maranhão, porém a mentira contituiu-se no elemento principal para a construção dessa farsa, bem como a insinuação, a ameaça, a desqualificação das divergências. A mentira não é mais uma questão moral, mas é uma questão política. Os principais meios de comunicação defendendo os seus interesses procuraram omitir que a reeleição do Prefeito Tadeu Palácio expressava a vontade e os mais legítimos negócios do grupo oligárquico. Há 2 anos o prefeito reeleito tornou-se o propagandista da Prefeitura Municipal de São Luís, numa afronta explícita e visível a legislação, confundindo publicidade nos atos administrativos com propaganda pessoal. É aí que tem início sua reeleição, acrescido tudo isso do maior abuso do poder econômico já visto aqui, repito, bem como do uso da máquina administrativa. Funcionários públicos municipais foram constrangidos a fazer campanha, aos de cada Secretaria era-lhe apresentado o nome do vereador a ser sufragado em parceria com o do prefeito e cada funcionário deveria apresentar uma relação com o nome de oito amigos para trabalhar na campanha. Democracia e direito a liberdade de voto foram ignorados diante da luta dos servidores para manter seus cargos, principalmente os cargos comissionados. Por isso, milhares foram as ruas embora sem graça, para dar volume as caminhadas, aos bandeirões e aos comícios. E mais, a leitura que eu faço do resultado das eleições 2004 em São Luís reflete nitidamente a antidemocrática medida da reeleição do ainda Presidente Fernando Henrique Cardoso, onde o prefeito além de ter o direito a reeleição é lhe assegurado o privilégio de ficar no cargo com todos os poderes inerentes ao executivo. Ora, se já usam e abusam do poder econômico público transformado em poder econômico particular, em estando afastado da prefeitura, imaginem estando sentado a máquina administrativa. Não bastasse a máquina municipal o atual prefeito ainda teve o apoio da administração estadual, criação da oligarquia Sarney e como eu dizia até bem pouco, o mais fiel membro dessa oligarquia, mais fiel e o mais antigo, hoje descontente com o Grupo Roseanista também oligárquico. De alguma maneira talvez com menos intensidade e outras nuances, repetiu-se a mesma aliança político-econômica de 2000, que nós também denunciámos. E até impugnamos o mandato eletivo, lamentavelmente até hoje não julgado pelo órgão competente. De outro lado as pesquisas previamente encomendadas viabilizaram o fim do pleito no primeiro turno. É evidente que sabemos que existe a margem de erro, todos sabemos, mas as agências responsáveis pelas pesquisas insistiam que o atual prefeito venceria no primeiro turno. Qual o resultado de tal insistência? Ora, o voto útil, isto é, o eleitor que vê a eleição como se fosse um jogo, não quer, como muitos dizem, perder o voto. Então para encerrar o pleito e por não

terem uma tradição democrática de debater, de disputas no campo ideológico e político votam em quem está na frente. Esquecem que o voto útil não é um voto crítico, não é um voto ético, não é um voto na transparência. Desta forma a pesquisa científica, que é importante no processo eleitoral, serve aos interesses de quem as compra, de quem as encomenda e, principalmente, de quem está na frente da pesquisa eleitoral, que manipula nos programas eletrônicos, na mídia que dispõe e nos palanques os números de acordo com os seus interesses. O Ministério Público, a Câmara Municipal, o Poder Judiciário, devem mais do que nunca ficar atentos a antecipação das campanhas eleitorais através das chamadas campanhas publicitárias. Não há dúvidas de que a construção midiática de que São Luís é a cidade mais limpa do país teve um grande efeito positivo dos interesses do prefeito eleito. Nós sabemos que é uma mentira, que uma mentira que tantas vezes repetida passa a ser verdade, inclusive para quem as inventou. Os nazistas trabalharam isso muito bem. Acho que bem poucos já visitaram Curitiba, já visitaram Goiânia, Porto Alegre e outras cidades, por isso não sabem o que é uma cidade limpa. Por outro lado, o Brasil não tem uma tradição efetivamente democrática na política. O Maranhão então nem se fala, a predominância sempre foi de violência, de barbárie, de fraude e de corrupção, mesmo em tempos contemporâneos o debate é jogado para a margem da política, razão dos marqueteiros e coordenadores de campanha do candidato prefeito o haverem tirado dos debates e outros que aceitaram debater usaram da mentira dos programas de outros partidos tentaram esconder suas histórias verdadeiras e a real política e nós também perdemos para nós mesmos, eu afirmo isto. Primeiro porque não soubemos ou alguns não quiseram resolver nossos problemas, nossas crises e partimos para fazer o debate político tenso, inaugurado com a desastrosa aliança Lula/Sarney em 2002 e esse debate tenso é feito nos meios de comunicação, principalmente o do Senador Sarney, O Estado do Maranhão e no do PDT o Jornal Pequeno, este um dos maiores adversários do PT e do Governo Lula no Maranhão, é público e notório isto. Além de tudo a massificação através da mídia de uma aliança Sarney/PT aliada a perda de unidade no PT nestas eleições, contribuiu para inviabilizar, mais uma vez, o segundo turno e protagonizar uma derrota política e eleitoral ao PT em São Luís. E foi isso exatamente o desejado, o planejado pelas forças que não admitem mudanças no Maranhão sob o ponto de vista ético administrativo. Apesar de tudo, eu vibro com o crescimento do PT no Estado ao eleger 7 prefeitos, 6 vice-prefeitos e por haver ampliado mais do que o dobro o número de seus vereadores. Parabêniz-os, portanto, desejando-lhes que saibam honrar a todo tempo o modo petista de governar e de legislar nos estritos limites da ética, da participação popular e da inversão de prioridades.

O SENHOR DEPUTADO JULIÃO AMIN – V.Exa. me permite um aparte?

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELUY – Pois não, Deputado Julião.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Deputada Helena, eu gostaria com a permissão de V.Exa., suspender a sessão porque um deputado foi agredido aqui na ante-sala, então nós não podemos continuar a sessão.

A SENHORA DEPUTADA HELENA HELLY – Pois não. Lamento não poder conceder um aparte ao Deputado Julião e eu já havia até concluído a minha fala.

O SENHOR PRESIDENTE CARLOS ALBERTO MILHOMEM – Declaro encerrada a presente sessão.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL
P A R E C E R Nº 180/2004**

RELATÓRIO:

Nos termos do § 1º do art. 42 da Constituição Estadual, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 038/2003, o Senhor Governador do Estado adotou Medida Provisória nº 04, de 03 de agosto de 2004, que dispõe sobre a criação da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Maranhão – ARSEP, e dá outras providências.

Através da Mensagem Governamental nº 068/2004, o Chefe do Poder Executivo submete a referida Medida Provisória à deliberação da Assembléia Legislativa.

Conforme o texto da Medida Provisória sob exame a Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado – ARSEP, com autonomia administrativa e financeira, vinculada à Secretaria de Estado de Infra-Estrutura, tem como finalidade planejar, regulamentar, fiscalizar, acompanhar e controlar a concessão de serviços públicos no âmbito do Estado do Maranhão.

Encaminhada a Medida Provisória à Assembléia Legislativa foi aberto prazo para oferecimento de emendas, já encerrado, sem que qualquer uma fosse apresentada.

Na respectiva Exposição de Motivos, o Senhor Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, invoca os seguintes argumentos: justifica-se esta iniciativa à luz do quadro institucional ligado à concessão de serviços públicos após o processo de privatização das empresas estatais.

É que na medida em que o Estado afasta-se da produção ou prestação de serviços à sociedade, sobretudo nos setores de infra-estrutura, cresce o seu papel de regulador desses mesmos segmentos, assegurando a qualidade e preços justos de bens e serviços aos cidadãos – consumidores.

Esclarece, que o Estado do Maranhão já promoveu a privatização da Companhia Energética do Maranhão – CEMAR e a concessão de uso para particulares de equipamentos urbanos como a Estação Rodoviária e o Mercado de Peixe, respectivamente. Assim, se torna necessária à existência no organograma estadual, de uma entidade que venha a cumprir a missão regulatória.

Por fim, não se deve esquecer, porém, que a ação dessa Agência também se reporta à fiscalização das empresas privadas que atuam nos segmentos de água e transporte, estes também de grande utilidade para toda a sociedade e de peso considerável na estrutura de gastos, principalmente nas classes menos favorecidas.

Estando já esgotado o prazo para manifestação da Comissão Especial a que se refere o artigo 5º, da Resolução Legislativa nº 450/2004, cabe à Comissão de Constituição e Justiça oferecer parecer pela referida Comissão Especial à Medida Provisória nº 004/2004.

Em defesa da relevância e urgência da medida o Senhor Secretário de Estado de Planejamento, Orçamento e Gestão, nos termos da Exposição de Motivos nº 010/2004, justifica que com

a instituição da Agência, com regras definidas na presente Medida Provisória, a instituição terá um assento nato no comitê estadual bem como presença qualificada no colegiado, dentro do Programa LUZ PARA TODOS DO GOVERNO FEDERAL.

No meu entendimento, o assunto é de extrema importância, evidenciam-se, assim, a relevância e a urgência legitimadoras à edição da Medida Provisória nº 04/2004, portanto, julgamos, atendidos os requisitos constitucionais invocados pelo ilustre Secretário.

De resto, a Medida Provisória não fere qualquer das vedações temáticas estabelecidas pelo § 2º, do art. 42, da CE, com a redação dada pela EC nº 038/2003.

Em termos de adequação orçamentária e financeira, a medida em análise não cria despesas adicionais ao orçamento do Estado.

No que diz respeito ao mérito, julgamos oportuna a Medida Provisória em comento, visto que adota mecanismo no sentido de planejar, regulamentar, fiscalizar, acompanhar e controlar a concessão dos serviços públicos do Estado.

VOTO DO RELATOR:

Em face do exposto, opinamos pela aprovação da Medida Provisória nº 04 de 03 de agosto de 2004, na forma do texto original, por considerá-la conforme a ordem jurídico-constitucional e, no mérito justa e relevante.

É o voto.

PARECER DA COMISSÃO:

Os membros da Comissão de Constituição e Justiça votam, por maioria pela aprovação da Medida Provisória nº 04, de 03 de agosto de 2004, de iniciativa do Poder Executivo, nos termos do voto do Relator.

SALA DAS COMISSÕES DEPUTADO “LÉO FRANKLIM” em 06 de outubro de 2004.

Deputado STÊNIO RESENDE –Presidente, em exercício

Deputado CARLOS BARIDE - Relator

Deputado MAURO BEZERRA

Deputado RUBEN PEREIRA

Deputada HELENA BARROS HELUY

Ofício nº 413/04-GP

São Luis, 06 de outubro de 2004

Senhor Presidente

Em virtude do tumulto ocorrido hoje na ante-sala do Plenário, em decorrência de agressões físicas entre os Deputados Domingos Dutra e Max Barros, solicito as devidas providências no sentido de serem apuradas as responsabilidades, na forma do que preceitua o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Assembléia Legislativa, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da presente data.

Atenciosamente

CARLOS ALBERTO MILHOMEM
Presidente

Exmo. Sr.

Deputado Stênio Resende

Presidente da Comissão de Ética da Assembléia Legislativa

AMAZÔNIA CELULAR

São Luís, 01 de Outubro de 2004.

Ref.: Ofício 012/2004

Exmo. Deputado Joaquim Haickel,

Foi com muita satisfação que recebemos as informações enviadas, com o objetivo de ver atendido o pleito da extensão da cobertura da Amazônia Celular até estes Municípios.

Como tem sido amplamente divulgado pela imprensa, a Amazônia Celular está iniciando um processo de migração tecnológica, tendo escolhido o padrão GSM, migração essa que se faz necessária diante das novas demandas de mercado. A migração tecnológica terá impactos positivos na nossa capacidade de ampliar nossa cobertura, atendendo novas localidades, pois haverá sensível redução no custo dos equipamentos e no custo de sua manutenção. Por outro lado, um grande esforço deverá ser feito nos próximos meses para adequar os equipamentos já instalados.

Estamos refazendo todo o planejamento deste ano, levando em consideração a nova tecnologia e os termos propostos por V.Exa. para a parceria entre os Municípios de Carutapera, Luis Domingues, Godofredo Viana, Cândido Mendes e a Amazônia Celular, e tão logo seja possível entraremos em contato com uma posição sobre o atendimento dos municípios.

Numa outra frente, estamos buscando sensibilizar os Governos Federal e Estadual da importância do atendimento de pequenas localidades para o cidadão, o município e o Estado, particularmente nos Municípios Carutapera, Luis Domingues, Godofredo Viana e Cândido Mendes. O telefone celular há muito deixou de ser objeto de consumo de luxo para se tornar uma necessidade, um instrumento de trabalho que impulsiona a inclusão social. Tomarei a liberdade de mantê-lo informado também dos resultados desse trabalho.

Dylcio Porto
Diretor Regional-Amazônia Celular

Exmo. Deputado
Joaquim Haickel.



ESTADO DO MARANHÃO
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
PALÁCIO MANOEL BEQUIMÃO
DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

PODER LEGISLATIVO

EDITADO PELA SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Registro no cartório de títulos e documentos sob os números 1.780 e 24.950.

Rua do Egito, n.º 144, Centro - Fone: 214-5885 - FAX: (098) 222-6253

CEP.: 65010-908 - São Luís - MA

Site: www.al.ma.gov.br - E-mail: secom@al.ma.gov.br

CARLOS ALBERTO MILHOMEM

Presidente

JACIR DA SILVA MORAES

Secretário de Comunicação

DICAS DE SAÚDE HIPERTENSÃO ARTERIAL

Saúde & prevenção

A Hipertensão Arterial (ou "pressão alta", como é mais conhecida) é a elevação da pressão arterial. Considera-se que uma pessoa é hipertensa quando sua pressão atinge valores acima 140/90 mmHg. Quando isso ocorre, vários órgãos do corpo humano podem sofrer problemas (como o cérebro, olhos, rins ou o coração).

A hipertensão arterial pode ser controlada com ou sem remédios. O importante é realizar medições periódicas e contar com o acompanhamento médico constante, pois a **hipertensão é um mal silencioso**.

Um mal silencioso e de tratamento simples

Na maioria dos casos de hipertensão arterial não há qualquer sintoma nem tampouco se conhece a sua causa.

O tratamento consiste no controle da pressão arterial (que é a tensão que ocorre nas artérias quando o sangue é bombeado por suas paredes) - cuidado que deve ser tomado por toda a vida. O exame, muito simples, é feito através do esfigmomanômetro (aparelho de medir pressão).

O controle é fundamental

O fato de um hipertenso ter sua pressão arterial controlada não quer dizer que deva deixar o seu tratamento de lado. Na maioria dos casos não há cura, mas pode haver controle com ou sem remédios. A exceção é quando há casos de hipertensão secundária, pois pode-se identificar a causa.

Se você é hipertenso...

É importante acompanhar a sua pressão arterial em conjunto com o seu médico.

Evite a ingestão de sal e de gorduras nas refeições;

Tome os remédios receitados pelo seu médico regularmente, jamais deixando de fazê-lo quando sentir-se bem, sem comunicar-se antes com ele;

Deixe de fumar, consuma bebidas alcoólicas com moderação, tenha cuidados com o seu peso e pratique exercícios sempre (sem se esforçar muito; o importante é se mexer);

Aprenda a medir a sua pressão arterial. Existem aparelhos simples e acessíveis para este fim;

Procure ter uma vida tranqüila: esse é o seu passaporte para uma vida sem estresse.

Existe um sistema de monitoração da pressão arterial bem mais eficiente - denominado MAPA - em que o paciente é monitorado por 24 horas, durante várias atividades do seu dia, considerando vários estados emocionais. Este sistema, porém, é indicado pelo médico em casos especiais.